

A barganha externa

por Cláudia Safatle
de Brasília

O Brasil não precisará tomar novos empréstimos dos bancos internacionais até 1988 e somente voltará a tomar dinheiro junto aos bancos privados no exterior, num valor expressivo, em 1990 e 1991, quando a demanda passaria a ser de US\$ 3 bilhões a US\$ 3,6 bilhões.

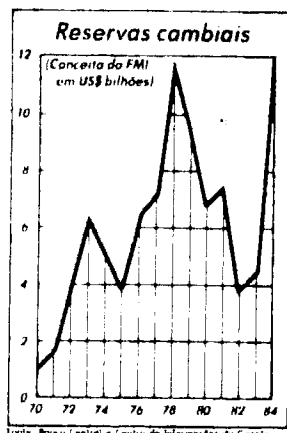
A projeção, feita por este governo para respaldar a renegociação plurianual da dívida externa brasileira, pressupõe também que todo o ingresso de novos empréstimos a partir de agora viria sob forma de empréstimos voluntários, e não mais através de "commitment".

Segundo explicou o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos

Madeira Serrano, nesta renegociação, que deverá ser fechada pelo próximo governo, foram introduzidas algumas inovações. Por exemplo, o Brasil não pagará mais as comissões de intermediação dos bancos, que no ano passado consumiram US\$ 110 milhões. Só vigorarão a Libor (taxa interbancária de Londres) e o "spread" (taxa de risco).

Serrano acentua ainda que entre os vários "colchões de segurança" colocados nas projeções feitas de comum acordo com os bancos e o Fundo Monetário Internacional (FMI) está a manutenção das linhas de créditos comerciais (Projeto 3) no nível de junho de 1983, que era de US\$ 10 bilhões.

Ocorre que os negociadores brasileiros arrancaram um compromisso dos ban-



cos de que eles aplicarão no Projeto 3 o equivalente ao pagamento das amortizações do País aos bancos brasileiros no exterior. Isso significa que há outra inovação: os bancos brasileiros ficarão fora do Projeto 2, de rescalonamento do principal — estimado em US\$ 922 milhões para este ano —, e, com isso, necessitarão de menos recursos das linhas de depósitos interbancários (Projeto 4), deixando os bancos internacionais credores do Brasil livres para reaplicar o que era Projeto 4 para financiar as importações e exportações.

O pressuposto dessa armção é de que a exigência da linha interbancária desaparecerá no tempo do acerto plurianual e o dinheiro novo que ingressar no País deverá vir pelas mãos dos credores na forma de financiamento comercial.

As condições de barganha do Brasil, atualmente, são excelentes. As reservas cambiais saíram do negativo de 11 de março de 1983 até o mesmo mês do ano seguinte para US\$ 11,99 bilhões até o final de 1984, atingindo, assim, o segundo maior nível histórico, só

comparado aos US\$ 12,4 bilhões de 1978 (recalculados com a cotação atual do ouro). "Saímos de um negativo de US\$ 3 bilhões para um conceito de fluxo de caixa de US\$ 7,5 bilhões, que está crescendo a cada dia", anuncia o diretor da Área Externa do BC.

Num livrete divulgado ontem pelo Banco Central, que analisa o setor externo da economia brasileira de 1979 a 1984, elaborado pela Diretoria da Área Externa, o governo revela que chegou a propor a capitalização parcial dos juros, no valor de US\$ 6,5 bilhões, na primeira fase de renegociação da dívida externa, em agosto de 1983.

Segundo Serrano, a proposta do governo era de capitalizar os juros na quantia da necessidade de novos recursos para aquele ano. Assim, os US\$ 6,5 bilhões (que se transformaram em empréstimo-jumbo) seriam depositados no Banco Central e as parcelas referentes aos

(Continua na página 16)

ACERTO INTERNACIONAL

A barganha externa

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

juros dos US\$ 3 bilhões de atrasados de 1983 e os vencidos em 1984, seriam retidas no BC, ficando à disposição do credor para escolher o mutuário para o qual reempréstaria. A tese foi levada para o comitê de assessoramento e só não vingou pelo tempo que demandaria. Naquela época, lembra Serrano, o País não dispunha de reservas cambiais para tocar uma renegociação demorada e o mercado não havia praticado esse modelo de capitalização, cujas investigações tomariam tempo demais para uma situação de crise cambial por que passava o País.

Hoje, para ele, a opção da capitalização parcial dos juros está superada pela desnecessidade de recursos novos dos bancos privados estrangeiros. Pondera, no entanto, que o governo de Tancredo Neves poderá reabrir a renegociação e modificá-la, se assim o desejar.

"COLCHÕES DE SEGURANÇA"

Toda a montagem das projeções do balanço de pagamentos de 1985 a 1991, período compreendido pela renegociação plurianual, está assegurada por diversos "colchões de segurança" que ele citou: 1) o supe-

ravit anual da balança comercial deste ano até 1991 é de US\$ 13 bilhões, contando com um crescimento real de 2% nos preços internacionais do petróleo, que não se realizarão, e de um crescimento largo nas importações, de 25%, que também estariam superestimadas; 2) juros (Libor) de 10,5% neste ano e de 9,5% nos anos posteriores, sendo que neste ano a taxa está inferior a 10%; 3) linhas comerciais com crescimento zero até 1991, o que é bastante conservador, ponderou Serrano. E, se houver algum acidente de percurso mais sério, volta-se à mesa de negociações. Serrano não considera que exista risco de queda das exportações deste ano, pois somente a taxa de câmbio igual à inflação interna é capaz de garantir competitividade aos produtos brasileiros no mercado internacional.

Se tudo funcionar exatamente como está descrito, o déficit em transações correntes ficaria na faixa de US\$ 2 bilhões ao longo dos 16 anos em questão. E, terminado o programa de ajustamento do FMI, em fevereiro de 1986, o Brasil cairia no chamado "artigo 4" do Fundo, que prevê a vinda de missões de consultas algumas vezes por ano ao País para apurar como estão indo os indicadores e monitorar os bancos credores internacionais.